

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

### ATA DA 430ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

ATA – Aos vinte e nove de janeiro de dois mil e nove, no Auditório Adma Jafet, reuniu-se, em 3ª Convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, sob a presidência do Senhor Vice-Diretor, Prof. Dr. Hercílio Rodolfo Rechenberg, e com a presença dos seguintes membros; Professores Titulares: Profs. Drs. Aldo Felix Craievich, Dirceu Pereira, Márcia Carvalho de Abreu Fantini, Nelson Carlin Filho (de 9h48m às 11h30min) e Vito Roberto Vanin.. Chefes de Departamento: Profs. Drs. Paulo Eduardo Artaxo Netto, Roberto Vicençotto Ribas, Oscar José Pinto Éboli (de 9h16min até 11h20min), Presidente de Comissão: Profs. Drs. Celso Luiz Lima e. Professores Associados: Profs. Drs. Thereza Borello-Lewin (até 11h47min), Antonio Domingues dos Santos, Fernando Tadeu Caldeira Brandt (até 11h12min). Professores Doutores: Profs. Drs. Carmen Silvia de Moya Partiti, Maria José Bechara, Alexandre Alarcon do Passo Suaide (suplente) (de 11h05min até 11h30min), Nemitala Added, Marcelo Martinelli (até 10h15min), Hideaki Miyake. Professor Assistente: Prof. Dr. Flavio João Alba. Representante dos Servidores não Docentes: Sr. Marcos da Silveira Proença e Sra. Ednéia Alves de Rezende. Representantes discentes: Não há representantes atualmente. Encontram-se afastados os seguintes membros docentes: Professores Titulares: Profs. Drs. Adalberto Fazzio, Iberê Luiz Caldas, Marcos Nogueira Martins, Ricardo Magnus Osório Galvão. Chefes de Departamento: Profs. Drs. Fernando Silveira Navarra e Sylvio Roberto Accioly Canuto. Presidentes de Comissão: Profs. Drs. Valmir Antonio Chitta e Marina Nielsen. Professores Associados: Jesuina Lopes de Almeida Pacca, Manfredo Harri Tabacniks, Mikiya Muramatsu e Luiz Carlos Chamon. Professores Doutores: Profs. Drs. Marcelo Gameiro Munhoz, Márcia de Almeida Rizzutto e Paulo Reginaldo Pascholati. Não compareceram à reunião e não apresentaram justificativas para suas ausências; Professores Titulares: Profs. Drs. Alejandro Szanto de Toledo, Adilson José da Silva, Alinka Lépine, Antonio José Roque da Silva, Antonio Martins Figueiredo Neto, Armando Corbani Ferraz, Artour Elfimov, Carlos Castilla Becerra, Coraci Pereira Malta, Dmitri Maximovitch Gitman, Edilson Crema, Elcio Abdalla, Gil da Costa Marques, Guennadii Michailovitch Gusev, João Carlos Alves Barata, José Carlos Sartorelli, Josif Frenkel, Manoel Roberto Robilotta, Marcelo Otávio Caminha Gomes, Maria Cristina dos Santos, Maria Teresa Moura Lamy, Marília Junqueira Caldas, Mário José de Oliveira, Mauro Sérgio Dorsa Cattani, Nei Fernandes de Oliveira Junior, Nestor Felipe Caticha Alfonso, Silvio Roberto de Azevedo Salinas, Victor de Oliveira Rivelles e Walter Felipe Wreszinski. Chefe de Departamento: Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim. Presidente de Comissão: Profs. Drs. Rosangela Itri, Said Rahnamaye Rabbani (suplente), Vera Bohomoletz Henriques e sua suplente Marília Junqueira Caldas; Professores Associados: Profs. Drs. Carmen Pimentel Cintra do Prado, Lucy Vitória Credidio Assali e sua suplente Euzi Conceição Fernandes da Silva, Helena Maria Petrilli e sua suplente Maria Cecília B. da S. Salvadori, Armando Paduan Filho (suplente), Alberto Villani (suplente), Emerson José Veloso de Passos e seu suplente Paulo Alberto Nussenzeig, Ruy Pepe da Silva (suplente), Pedro Kunihiko Kiyohara, José Roberto Brandão de Oliveira, Álvaro Vannucci (suplente), Rubens Lichtenthaler Filho, Sadao Isotani (suplente), Renata Zukanovich Funchal e seu suplente Valério Kurak, Paulo Teotônio Sobrinho e seu suplente Jorge Lacerda de Lyra e Arnaldo Gammal e sua suplente Suhaila Maluf Shibli; Professores Doutores: Profs. Drs. Giancarlo Espósito de Souza Brito, João Zanetic e seu suplente

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 José Hiromi Hirata, Raphael Liguori Neto e seu suplente José Fernando Diniz Chubaci,  
2 José Luciano Miranda Duarte, Américo Adlai Franco Sansigolo Kerr e sua suplente  
3 Suzana Salém Vasconcelos, Maria Regina Dubeux Kawamura e seu suplente Cristiano  
4 Rodrigues de Mattos e Kaline Rabelo Coutinho e sua suplente Carla Goldman. A  
5 Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitem, secretariou a  
6 reunião. O Sr. Vice-Diretor iniciou a sessão às 9h15min dizendo que gostaria de deixar  
7 bem claro porque a Congregação se reúne para discutir o assunto único da pauta que é  
8 a Proposta para mudanças no Estatuto da Universidade. Leu a carta enviada pela  
9 Secretária Geral da USP que diz *"Por determinação da Magnífica Reitora comunico a*  
10 *Vossa Senhoria que em reunião do Conselho Universitário, de 2 de dezembro de 2008,*  
11 *ficou decidido que os Conselheiros terão prazo até 30 de janeiro para apresentarem*  
12 *sugestões de aprimoramento à proposta de alteração do Estatuto da USP, elaborada*  
13 *pela Comissão encarregada de coordenar os trabalhos da reforma Estatutária, conforme*  
14 *processo ..... As sugestões recebidas serão analisadas pela citada Comissão e a*  
15 *proposta de alteração do Estatuto da USP voltará a ser apreciada pelo Conselho*  
16 *Universitário em reunião extraordinária a ser agendada para março de 2009."* Disse que  
17 fica muito claro que o que se espera são sugestões dos Conselheiros e não das  
18 Unidades, assim fica claro para todos que não temos aqui o compromisso de criar um  
19 documento para ser enviado à Reitoria representando a posição do IF. Trata-se  
20 unicamente de embasar o representante da Congregação para que sua opinião e seu  
21 voto no Conselho Universitário representem a nossa Congregação. Em vista disso,  
22 convidou o representante do IFUSP, Prof. Vito Vanin, para fazer parte da mesa. Disse  
23 que ele estava aqui basicamente para ouvir o que a Congregação pensa e dar a opinião  
24 dele. Reiterou que não se tratava de uma discussão da alteração do Estatuto como um  
25 todo, mas apenas alguns artigos que foram destacados pela Comissão que pretende  
26 colocá-los em votação separadamente e que dizem respeito à carreira docente e de  
27 servidores não docentes. Mostrou os artigos que devem ser discutidos para alterações e  
28 suas alterações propostas na outra coluna. Isso é o que deve ser discutido aqui da  
29 maneira mais livre possível. O Prof. Vito Vanin disse que há algum tempo foi votado o  
30 Regimento da Pós-Graduação, que o IF encaminhou propostas e que foi colocado  
31 exatamente o que foi encaminhado pelo IF no Conselho Universitário e uma das  
32 propostas foi aprovada. Disse que queria tentar a mesma coisa: discutir os pontos e  
33 encaminhar por e-mail, amanhã, em resposta à carta da Secretária Geral, o que for  
34 decidido como sendo a proposta do IF. No mais, disse que gostaria de escutar porque  
35 entende que haverá outras propostas. A Profa. Mazé disse considerar extremamente  
36 relevante que as sugestões que saiam daqui sejam encaminhadas como resultado de  
37 uma reunião extraordinária da Congregação. O Prof. Nemitala perguntou se o que  
38 temos para discutir é o que veio do Conselho Universitário para ser discutido nesta  
39 Unidade, mas que essas não são todas as mudanças do Estatuto que podem ocorrer.  
40 Questionou se ainda existe espaço para que façam sugestões em outros pontos do  
41 Estatuto, como por exemplo, na carreira não docente, dado que não viu nada sobre o  
42 assunto nessas modificações. O Sr. Vice-Diretor respondeu que existe uma única  
43 frase, que não é alteração porque no atual Estatuto não existe nada a respeito. O Prof.  
44 Nemitala sugeriu que seria interessante a inclusão de um capítulo sobre a carreira não  
45 docente. O Prof. Vito Vanin esclareceu que em relação à carreira não docente tudo o  
46 que se pretende é incluir o parágrafo que está aqui e considera que esta é a ocasião de  
47 completá-lo até onde acharem que deve ser. O Prof. Nemitala ratificou que então hoje  
48 será discutida a carreira dos servidores não docentes. O Prof. Vito Vanin informou que

## A T A S

1 durante a reunião do Conselho Universitário que discutiu esse assunto ele se manifestou  
2 pela insuficiência do que estava ali. Disse que pela discussão que tinha havido antes na  
3 Congregação o que pediu que fosse incluído era uma periodicidade definida para os  
4 processos de acesso. Quando foi discutido aqui na Congregação, falava-se em  
5 concurso de acesso vertical. Disse que, eventualmente, a carreira terá processos de  
6 ascensão que não são concursos, por isso interveio na reunião no sentido de que  
7 houvesse abertura de processo de acesso pelo menos uma vez por ano. A Sra. Ednéia  
8 Rezende manifestou-se dizendo que, como representante dos funcionários, trouxe uma  
9 sugestão por ocasião da discussão do título que já está em pauta. Disse que pretende  
10 apresentar uma sugestão para ampliar um pouco mais o assunto da carreira dos  
11 funcionários. Solicitou licença para uma manifestação que julga oportuna. Registrou, em  
12 nome dos funcionários do IF, o profundo pesar pela morte da colega Elizabeth Ethienne  
13 Varela. Há tempos ela poderia ter se aposentado, mas optou por continuar trabalhando.  
14 Com essa opção todos ganhamos. A Instituição por continuar recebendo seu trabalho de  
15 qualidade notável. Os funcionários ganharam muito mais, pois ela com seu jeito forte e  
16 corajoso de ser, não se furtou a enfrentar situações de conflito na defesa de interesses  
17 que, na fusão democrática das opiniões, vão muito além das fronteiras dos quadros dos  
18 servidores não docentes! Sua ausência será sempre sentida! O Sr. Vice-Diretor, em  
19 nome da Diretoria do IF, apoiou a manifestação. Prosseguiu dizendo que observando o  
20 material, que está disponível na página do IFUSP, concluiu que se poderia dividi-lo em  
21 três assuntos. Um deles diz respeito à carreira docente e a proposta é aumentar o  
22 número de níveis intermediários. Teríamos Doutor I, Doutor II, Associado I, Associado II  
23 e Associado III. Simultaneamente existe uma alteração relacionada que para ser elegível  
24 para Diretor não há mais necessidade de ser Professor Titular. Os possíveis Diretores  
25 poderão ser Titulares ou Associados III. Da mesma forma, para Chefe de Departamento  
26 poderá ser Titular, Associado II e Associado III. Disse que isso faz parte de outra esfera  
27 que alguns gostam de chamar de estrutura de poder e esse seria o segundo aspecto. O  
28 terceiro aspecto é justamente a questão da carreira dos servidores não docentes, que na  
29 proposta se resume a uma frase a ser introduzida, o que pode ser considerado um  
30 progresso em relação ao Estatuto atual que não diz absolutamente nada. Se será um  
31 progresso grande ou não, existem dúvidas. Sugeriu que se faça a discussão segundo  
32 esses três eixos. Discutir primeiro a carreira docente em si, em segundo lugar os artigos  
33 que dizem respeito às elegibilidades em função dos diferentes níveis e, finalmente, a  
34 questão dos funcionários. A Profa. Mazé falou sobre o último ponto que está na última  
35 página, trabalhos de estudantes ou Auxiliar de Ensino, que é assunto relevante  
36 principalmente neste IF. O Sr. Vice-Diretor comentou que teve uma grande surpresa ao  
37 ler o documento e descobrir que no atual Estatuto existe a possibilidade de ter bolsistas  
38 de pós-graduação dando aulas, com o nome de Auxiliar de Ensino, artigo 85, que diz que  
39 o Auxiliar de Ensino, que deverá possuir diploma de curso superior, estará vinculado a  
40 Programa de Pós-Graduação e será admitido para a iniciação das atividades docentes.  
41 Disse que a alteração proposta converte essa situação em bolsista que é algo idêntico  
42 ao que temos no IF, os antigos Monitores A. Sugeriu que se começasse a discutir não na  
43 ordem que está colocada, mas pela questão da carreira docente, artigo 76. Leu a  
44 proposta: "o desempenho de atividades docentes, obedecido o princípio de integração  
45 de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, far-se-á dentro das seguintes  
46 categorias que constituem a carreira docente." Mostrou num quadro que tudo o que não  
47 estava grifado de amarelo era idêntico à redação atual. Prosseguiu dizendo que são  
48 seis níveis: Professor Doutor I e II, Professor Associado I, II e III e Professor Titular. Em

1 seguida leu o parágrafo primeiro: "as *categorias inicial de Professor I e final de Professor*  
2 *Titular constituem cargos e as categorias de Professor Doutor II e Associado I, II e III*  
3 *constituem níveis da carreira."* Disse acreditar que isso é o que está de acordo com a  
4 legislação e, no fundo, mantém a situação atual. O parágrafo segundo especifica como é  
5 feita a evolução horizontal: "*decorridos no mínimo cinco anos de permanência de nível*  
6 *na carreira docente poderá ser pleiteada a avaliação de mérito pela Comissão de*  
7 *Atividades Acadêmicas do Conselho Universitário por Professor Doutor I para ascender*  
8 *a Professor Doutor II, por Associado I para ascender a Associado II e por Associado II*  
9 *para Associado III."* Comentou que havia percebido que já existe um mal entendido de  
10 algumas pessoas que pensam que a evolução horizontal se dá unicamente pelo  
11 transcurso do tempo. Disse que não se trata disso, mas que o interstício de cinco anos  
12 é o que permite que o docente pleiteie sua avaliação, que pode ser considerada ou não.  
13 O Prof. Nemitala perguntou se após cinco anos for pedida e não for concedida, há uma  
14 periodicidade que já está definida ou vão pensar no assunto depois. Disse que não  
15 encontrou em lugar nenhum a definição de como será feita essa avaliação de mérito e  
16 se a CAA que já existia, mas não tinha essa atribuição, negar como será o  
17 procedimento. Poderá o interessado solicitar outra vez a avaliação, isso será feito  
18 anualmente, a cada seis meses ou a cada cinco anos, perguntou. O Sr. Vice-Diretor  
19 respondeu que não havia nada escrito a respeito. O Prof. Celso Lima disse que queria  
20 entender uma questão de coerência interna. Exemplificou dizendo que no novo texto  
21 são mencionadas as figuras do Professor Assistente e do Auxiliar de Ensino. Sobre o  
22 Professor Assistente leu o parágrafo sete, do artigo 76 que diz "*a Universidade poderá,*  
23 *mediante contrato por tempo determinado, admitir os portadores de título de Mestre*",  
24 mais adiante está colocada a figura do Auxiliar de Ensino que será bolsista da Unidade.  
25 Observou, porém, que nenhuma dessas duas figuras aparece como figuras dentro da  
26 carreira. Indagou como funciona isso. O Sr. Vice-Diretor respondeu que elas estão  
27 fora da carreira. Citou o caso do Mestre que está descrito no parágrafo sete ... "*poderá*  
28 *ser admitido mediante contrato por tempo determinado, por prazo de dois anos*". A  
29 Profa. Mazé comentou que em princípio tem simpatia pela possibilidade de carreira  
30 horizontal, uma discussão antiga que permite distinguir a evolução entre cargos, de ir de  
31 um nível ao outro marcado por concurso. Levantou alguns pontos que julga não estarem  
32 bem claros e que gostaria de ver explicitados. O primeiro deles é que passam a se  
33 chamar níveis e, não por acaso, para passar de um nível ao outro são precisos cinco  
34 anos. Disse que não por acaso porque no momento existe uma norma que para efeito  
35 de se ganhar na aposentadoria, é preciso estar pelo menos cinco anos naquele nível ou  
36 função. Disse que isso deveria pelo menos estar nas Disposições Transitórias. O  
37 segundo ponto é que ao delegar a uma Comissão o julgamento dessa evolução é  
38 preciso que os critérios estejam claríssimos. Disse que no atual Regimento está descrito  
39 que critérios devem ser considerados na avaliação dos concursos, mas que não é muito  
40 real porque cada Unidade faz sua leitura do peso relativo sobre os seis pontos sobre  
41 cultura e extensão e ensino. Prosseguiu dizendo que se a ideia é ter esse julgamento na  
42 CAA para olhar de forma mais global na Universidade as várias atividades acadêmicas,  
43 disse que pode compreender porque ela não olhará o detalhe da carreira particular de  
44 cada Unidade; porém esses critérios devem estar explicitados. Uma avaliação pela CAA  
45 dos vários setores da Universidade só faz sentido se ela estiver olhando todos os pontos  
46 da carreira acadêmica, porque nos concursos hoje se privilegia um dos pontos. Disse  
47 que se for para adotar esse mesmo critério de deixar para as Unidades os vários olhares  
48 sobre os vários pontos da carreira acadêmica, teria mais sentido que também a carreira

## A T A S

1 horizontal estivesse nas Unidades. Questionou porque a CAA. Será que há uma razão  
2 política de uniformizar, no bom sentido, indagou. Com relação ao parágrafo sete diz que  
3 haverá, de novo, uma regulamentação própria para um nível que não está na carreira.  
4 Nem o Professor Mestre nem o Auxiliar de Ensino são da carreira que começa com  
5 Professor Doutor I. Disse que o IF não tem muito esta questão de eventual contratação  
6 de Mestre, mas considera esquisito aprovar que haverá um Mestre sem informar os  
7 critérios. Cabem sugestões sobre o assunto. Em relação ao parágrafo único do artigo  
8 setenta e oito é que veio sua preocupação, disse. Disse que pode valer em regime, mas  
9 não pode valer sem estar previsto nas Disposições Transitórias. Na avaliação do  
10 Memorial para Livre Docência, disse que até aí é normal, e progressão dos níveis da  
11 carreira deverão ser considerados atividades de ensino, pesquisa e extensão  
12 preferencialmente nos últimos cinco anos. Considera que em regime é uma coisa, mas  
13 para as pessoas que estão mais no fim da carreira, em sua opinião, não faz muito  
14 sentido. O Sr. Vice-Diretor esclareceu que esse parágrafo está aí porque fala de  
15 avaliação de Memorial de Livre Docente e concurso para Titular. É que anteriormente  
16 está dito lá em cima "avaliação pela CAA, portanto para progressão horizontal, será  
17 realizada nos termos do parágrafo único, do artigo setenta e oito." A Profa. Mazé disse  
18 que continuava com dúvida na questão de quando deve ser feito. Disse que a Livre  
19 Docência está regulamentada e deve abrir uma vez por ano e, por isso entende que isso  
20 deveria constar. Indagou de quanto em quanto tempo os concursos horizontais vão ser  
21 feitos pela CAA. Sugeriu que deve estar regulamentado como e quando será esse  
22 concurso da carreira horizontal. O Sr. Vice-Diretor disse que não sabia onde estava, na  
23 legislação atual, a obrigatoriedade de abrir os concursos de Livre Docência e a Profa.  
24 Mazé respondeu que estava no Regimento e que a pessoa poderá se propor  
25 encaminhando o Memorial ao Diretor, com ciência do Chefe, a qualquer momento.  
26 Sugeriu que deva ser regulamentado. Para finalizar disse que vinha a preocupação com  
27 os auxiliares de ensino que são, hoje, nossos Monitores bolsistas. Disse entender que a  
28 frase do artigo oitenta e cinco começa com *excepcionalmente* e se começa com  
29 *excepcionalmente, mediante aprovação da Congregação, poderá contar com a*  
30 *colaboração dos Auxiliares de Ensino vinculados ao Programa de Pós-Graduação*  
31 *mediante programa de bolsas*, ela não é excepcionalmente. Aqui temos um programa  
32 anual, temos necessidade desses professores e ou fazemos a lei da maneira que  
33 achamos que deve ser ou vamos ter sempre que fazer de conta que a obedecemos pela  
34 metade. Considera que não pode ser excepcionalmente, mas por razões didáticas da  
35 Unidade, por razões acadêmicas da Unidade ou coisa assim. Porque *excepcionalmente*  
36 não lhe parece que possa ter em todos os semestres o Auxiliar de Ensino. Disse  
37 entender que a ideia política é que não vamos usar disto para substituir os professores,  
38 mas também entende que excepcionalmente não deva ser todos os semestres.  
39 Demonstrou ter extrema preocupação com o *excepcionalmente*. O Sr. Vice-Diretor  
40 disse que o único árbitro da excepcionalidade é a Congregação, então é um assunto  
41 interno. Se a Congregação quiser que a exceção vire regra, isso não contradiz o artigo,  
42 na sua opinião. A Profa. Mazé perguntou se essa verba estará dentro do orçamento da  
43 Unidade ou se virá via Reitoria, porque caso seja via Reitoria ela julgará a  
44 excepcionalidade. O Prof. Celso Lima comentou sobre os riscos da palavra excepcional  
45 lembrando a história do Regimento da Pós-Graduação. O texto que saiu desta  
46 Congregação e que proposto pela CPG era "*excepcionalmente poderão ser admitidas*  
47 *teses e dissertações escritas em inglês*"; contudo o Conselho de Pós-Graduação quer  
48 que as CPG's definam a excepcionalidade. Ou seja, prosseguiu, agora temos que dizer

## A T A S

1 o que é excepcional. Concordou com a Profa. Mazé e disse que via o risco de que se  
2 dissermos "excepcionalmente", seremos automaticamente instados a dizer "defina a  
3 excepcionalidade". Considera que seria muito mais adequado não colocar nenhuma  
4 questão de ordem didática, apenas "mediante aprovação da Congregação". A Profa.  
5 Mazé sugeriu que seria uma saída política a colocação de "mediante necessidades  
6 acadêmicas" para que não se pensasse ser substituição de professor. O Prof. Nemitala  
7 disse que durante a fala da Profa. Mazé ficou com a sensação de que a pessoa vai  
8 apresentar o Memorial à CAA e será marcado um concurso, mas na verdade não será  
9 assim. A CAA tem poder de julgar o mérito e definir se a pessoa vai ou não subir de  
10 nível. A CAA é a banca geral da Universidade e não está previsto que em nenhum  
11 momento vai um parecer do IF. A única coisa que vai é a ciência do Chefe. Disse que  
12 em relação ao termo "excepcional" sua leitura era de que o termo tem a ver com o fato  
13 de as instituições não tornarem regra ter o Auxiliar de Ensino para ajudar a dar aula.  
14 Disse que ficava preocupado com o termo "excepcionalmente" nesse fato. No caso do  
15 IF, por exemplo, que tem vários Monitores bolsistas o "excepcionalmente" é para tentar  
16 frear o número de Monitores que se poderá colocar. Menos preocupado na visão  
17 acadêmica e mais preocupado na questão do orçamento. O Prof. Oscar Éboli disse  
18 que em relação aos Auxiliares de Ensino não está absolutamente claro como isso vai  
19 funcionar. Indagou se ele fará parte do corpo docente e como será o pagamento,  
20 porque para ele não está claro e pediu que alguém explicasse o que significa isso. O Sr.  
21 Vice-Diretor respondeu que significa que não faz parte do quadro docente e o Prof.  
22 Oscar Éboli perguntou se teriam algum direito trabalhista. O Sr. Vice-Diretor  
23 respondeu que não, que seriam bolsistas, e a situação de bolsista é sempre temporária  
24 e precária. A Profa. Mazé complementou informando que está claramente dito que é um  
25 programa de bolsas e, sendo um programa de bolsas, vamos usar a nossa realidade. É  
26 um programa tipo PAE, que a Reitoria vai julgar. Disse que se preocupa pela forma  
27 como funciona o IF hoje. O Prof. Vito Vanin comentou sobre a questão do que é  
28 categoria, nível, cargo, função, vinculação com a aposentadoria que foi pouco discutida  
29 e percebeu-se que não estava claro e que havia algum problema de redação que sugere  
30 que se teriam representantes dos vários níveis e não da carreira. Está na cabeça das  
31 pessoas que a Universidade continuará sendo responsável pelas aposentadorias e que  
32 elas se aposentariam pela função que exerciam, se estivessem nela há mais de cinco  
33 anos. Disse que a lei não garante isso, exatamente. Há uma questão sim, mas que não  
34 está clara nem na Comissão que fechou o Estatuto. A questão do Mestre na carreira  
35 também apresenta um problema porque a Procuradoria pressionou a Universidade para  
36 não fazer contratos do tipo previsto no parágrafo sete. A questão dos dois anos e não  
37 poder renovar, que é insuficiente, está ligada a uma pressão da Universidade. Esse  
38 assunto deve voltar à pauta do Conselho Universitário e há Unidades que dependem dos  
39 Mestres, por isso disse não saber se cabe a nós detalhar isso, mas sim apoiar as  
40 Unidades que trarão alguma proposta que encontram aqui uma possibilidade de legislar  
41 sobre o assunto. Disse entender que o Estatuto funciona como lei e se nele estiver  
42 previsto algo e os procuradores concordarem que é legal, está resolvido. Quanto à  
43 periodicidade, a questão da CAA é substantiva, se ela vai julgar ou não. Disse que  
44 sobre o assunto gostaria de ouvir mais claramente porque se querem que seja a CAA  
45 colocarão critérios mais detalhados e será a CAA ou, se não querem a CAA, que fique a  
46 cargo do IF. O Prof. Philippe Gouffon disse que quando se faz uma proposta de  
47 mudança de texto a Comissão que faz isso deve gerar uma justificativa para isso então  
48 questionou porque escolheram três níveis para Professor Associado, dois para Professor

## A T A S

1 Doutor. Qual é a necessidade de ter essa divisão em níveis. Qual o problema na  
2 carreira de hoje que implique que tenha que ser mudado e porque essa estrutura e não  
3 alguma outra em termos de número de níveis. Disse que pelo que viu do material teve a  
4 impressão de que como todos esses níveis numerados são níveis, um Professor Doutor  
5 II pode pleitear se transformar em Associado I, porque é um nível, é simplesmente a  
6 continuação. O Sr. Vice-Diretor respondeu que está bem claro que não é possível,  
7 porque exige concurso de Livre-Docência. O Prof. Philippe Gouffon reiterou a pergunta  
8 de porque a mudança com o número de níveis. O Prof. Aldo manifestou-se com certo  
9 pessimismo quanto ao aprimoramento que pode trazer à Universidade e à carreira este  
10 esquema que está sendo proposto. Em particular, a única justificativa que disse ter  
11 encontrado para esses níveis horizontais é a falta de concursos para ascender de  
12 Professor Associado à Professor Titular. Talvez não haja, realmente, concursos  
13 suficientes. Contudo para passar de Professor Doutor à Professor Associado cada um  
14 pode pleitear, a cada ano, fazer concurso para Livre-Docente; não há falta de concursos.  
15 Perguntou por que não se faz um concurso de Livre-Docência diretamente em vez de  
16 concurso para passar de Professor Doutor I para Professor Doutor II. O que seria  
17 Professor Doutor II, indagou. Comentou, também, que todos passaram em algum  
18 momento por algum concurso e ganhou ou perdeu. Perder um concurso já foi  
19 assimilado pela nossa cultura, não há danos maiores. Contudo, se há um concurso  
20 onde não há concorrência, alguém avalia seu currículo dos últimos cinco anos e acha  
21 que a pessoa não tem condições, o golpe será muito maior, será mais sentido e criará  
22 problemas sérios. Disse, por essa razão, ser contra o esquema de que se faça, a cada  
23 cinco anos, concurso aberto. O Sr. Vice-Diretor disse que devemos ter em vista que os  
24 costumes do IF não se aplicam às quarenta Unidades da USP. Disse não saber se na  
25 Faculdade de Direito, por exemplo, fazer uma Livre-Docência seja uma barreira  
26 intransponível que apavore as pessoas. A Profa. Márcia Fantini disse parecer estranho  
27 que exista uma Comissão Central, como essa CAA, que tenha a capacidade de julgar  
28 diferentes tipos de carreira dentro da Universidade. Considera que o mais certo seria  
29 que essas Comissões de Avaliação, como são na UNICAMP, sejam internas de cada  
30 Unidade. Entretanto, devido a essas barreiras que talvez existam em outras Unidades e  
31 não na nossa, esse problema passe para outra instância que não tenha influência do  
32 meio em si. Considera que para algumas Unidades essa transformação do Estatuto será  
33 boa, mas para o IF isso não trará diferenças muito grandes porque um Professor Doutor  
34 que, depois de dez anos, tenha condições de se tornar Livre-Docente preferirá fazer  
35 esse concurso e quem não quiser concorrer no de Professor Titular e, eventualmente, ter  
36 a frustração da qual falou o Prof. Aldo poderá tornar-se até Professor Associado III.  
37 Portanto, no seu modo de ver, para o IF essa modificação não trará grandes transtornos.  
38 A dificuldade que vê é no aspecto salarial de vermos mantida a isonomia salarial que  
39 hoje existe entre as três Universidades paulistas. Disse que haverá uma diferença  
40 salarial entre os diferentes níveis e não sabe como isso será tratado com as outras  
41 parceiras, UNESP e UNICAMP. O Prof. Vito Vanin informou que quando isso foi  
42 questionado no Conselho Universitário, a Reitora disse que o CRUESP está evoluindo  
43 nesse sentido e que todas as três Universidades terão a mesma divisão. O Prof. Oscar  
44 Éboli considerou que essa proposta é uma tendência que a USP tem, oscilatória. Em  
45 qualquer decisão que esta Universidade, ou as Unidades em particular, têm tomado  
46 ultimamente, vê-se essa tendência. Lembrou que há algum tempo tinham seis passos na  
47 carreira e o primeiro, o de Mestre, não conta mais. Havia o passo de Professor Adjunto  
48 que também desapareceu com o tempo, o que foi um passo para trás e nesse passo

1 para trás multiplica-se por um fator grande para subdividir em muitos níveis. Considerou  
2 que não há problema em ter-se uma carreira melhor estruturada, o que lhe parece ruim é  
3 tirar a possibilidade de mérito das pessoas quando se diz “decorridos, no mínimo, cinco  
4 anos” para acontecer qualquer coisa. Disse que se as pessoas tiverem qualidade,  
5 mérito antes têm que ter a possibilidade de pedir isso antes. Concordou com o Prof. Aldo  
6 que a existência de Professor Doutor I e II não faz sentido. Disse que os editais pra  
7 obtenção do Título de Livre-Docente são abertos duas vezes por ano e as pessoas  
8 podem se inscrever quando quiserem, portanto não vê sentido em subdividir o nível de  
9 Professor Doutor. Sua primeira grande objeção quanto à estrutura proposta é a  
10 subdivisão para Professores Doutores. Para o nível de Professor associado disse ser  
11 favorável à tendência da USP, voltar atrás. Não vê sentido em haver três níveis, basta  
12 haver o antigo Professor Associado e o Professor Adjunto, permitindo que aquele que se  
13 julgar apto para isso o faça mais cedo, sem precisar esperar os cinco anos. Com relação  
14 ao parágrafo oitenta e cinco, sobre os Auxiliares de Ensino, considera que isso pode ser  
15 muito bom para o IF porque já usam os bolsistas e sugere que sedimentar isso,  
16 colocando no Estatuto, é algo muito bom. O Sr. Vice-Diretor comentou que não existe  
17 exigência de tempo mínimo para passagem de Professor Doutor para Livre-Docente. A  
18 Profa. Mazé observou que na nova regra não está descrito que o candidato tenha que  
19 ser Professor Doutor II ou III para fazer o concurso para Professor Titular. Pode ser  
20 Professor Titular diretamente sendo Associado I. O Prof. Vito Vanin comentou que a  
21 Comissão não havia proposto o nível de Professor Doutor II quando começou a  
22 consultar e fazer as apresentações às várias Unidades. Isso foi sugestão de algumas  
23 Unidades. Apoiou a opinião do Sr. Vice-Diretor que disse que estamos pautando o novo  
24 Estatuto pela nossa imagem e, no nosso caso, não necessitamos do Professor Doutor II  
25 que em outras Unidades pode ser necessário. Disse ser uma questão de composição  
26 com algumas Unidades. O Prof. Ribas disse entender que o nível de Livre-Docência  
27 envolve uma certa maturidade e que, em média, talvez ela ocorra com mais de cinco  
28 anos numa carreira normal, por isso vê sentido na existência do nível de Doutor II  
29 porque significa uma progressão, enquanto a pessoa não se sente madura ou com as  
30 características necessárias para o que se espera da Livre-Docência. Disse considerar  
31 que a avaliação pela CAA é algo complicado para uma Universidade do nosso tamanho  
32 e sugeriu que esse processo de avaliação seja feito de forma similar ao que é feito para  
33 a Livre-Docência, ou seja, uma banca com participação de membros externos e dentro  
34 da Unidade e não por uma Comissão Geral, considerando-se toda a disparidade que  
35 temos na Universidade. Comentou sobre a periodicidade do procedimento de evolução  
36 na carreira cuja colocação no Estatuto considera desnecessária uma vez que o  
37 procedimento para o concurso de Livre-Docência, cujo processo é similar, é definido no  
38 Regimento e não no Estatuto. O Prof. Celso Lima disse que a carreira com essa  
39 abertura horizontal é algo interessante, mas que não concorda com o Prof. Aldo quando  
40 diz que a pessoa pode fazer o concurso para Livre-Docência logo que entra. Lembrou  
41 que há alguns anos discutiu-se na Congregação normas ou requisitos ou sugestões de  
42 requisitos que um Professor Doutor deveria satisfazer antes de postular a Livre-  
43 Docência. Disse que um desses requisitos era a formação completa de, pelo menos um  
44 Mestre e o início da formação de um Professor Doutor, como mínimo. Isso,  
45 normalmente, demanda cinco anos. Com o passar dos anos as recomendações feitas  
46 pela Congregação foram esquecidas e, talvez, a colocação dos cinco anos seja uma  
47 maneira de regulamentar num espaço temporal, de maneira explícita, aquilo que seria  
48 desejável e que com o passar dos anos foi esquecido. Disse que entende que a carreira

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 de docente tem três momentos críticos: um é a própria entrada, com um concurso duro;  
2 depois, a Livre-Docência, novamente um concurso que apesar das restrições ao formato  
3 é uma das coisas boas da carreira desta Universidade e, finalmente, o concurso de  
4 Professor Titular. Considera que colocar concursos periódicos no formato de um  
5 concurso de Livre-Docência no meio da carreira pode tornar a vida das pessoas muito  
6 ruim. Sugeriu colocar algo mais executivo nesses níveis intermediários da carreira como,  
7 por exemplo, o interessado juntar seu material, as coisas que fez e apresenta para uma  
8 Comissão. O Sr. Vice-Diretor disse que gostaria de evitar mal entendidos porque o Prof.  
9 Celso referiu-se a concursos intermediários no formato do concurso de Livre-Docência e  
10 não é isso que está proposto. É a avaliação do Memorial que no fundo é como  
11 funcionava o antigo concurso para Professor Adjunto no qual o candidato não se  
12 encontrava com a banca. O Prof. Celso Lima disse que tinha feito o comentário pelo  
13 que entendeu da fala do Prof. Ribas que considerava que nos passos intermediários  
14 deveria haver concursos nos moldes do concurso de Livre-Docência. Disse considerar  
15 perigoso porque implica em passos complicados que demandam muito tempo e energia.  
16 O Sr. Vice-Diretor disse que teve a impressão de que a maioria das manifestações são  
17 de que essas progressões horizontais não deveriam ser julgadas pela CAA e sim por  
18 uma Comissão interna. Indagou se era isso que pensava a maioria. O Prof. Philippe  
19 Gouffon perguntou sobre que justificativa a Comissão deu para a existência dessa  
20 estrutura, por que três níveis e não dois ou um. O Prof. Vito Vanin respondeu que a  
21 gênese disso está ligada à questão do Professor Pleno, uma longa luta dos Associados.  
22 Os níveis intermediários do Professor Associado foram no sentido de estender a carreira  
23 e permitir o acesso dos Professores Associados aos cargos de direção. Poderão ser  
24 Chefes de Departamento e Diretores de Unidade, segundo a nova proposta. Essa  
25 distensão abriu para um número maior de docentes o acesso às carreiras executivas.  
26 Sugeriu que poderiam detalhar a questão do artigo 85, que é importante e que além de  
27 estar muito curtinho apresenta um erro porque reza "*poderá contar com a colaboração*  
28 *de Auxiliares de Ensino e Assistentes*". Disse que muitos de nossos Monitores são  
29 Mestres e o texto restringe aos que não são Mestres; certamente gostaria que fosse  
30 incluído pelo menos Professor Assistente e pensa que poderíamos aumentar um pouco  
31 esse parágrafo, porque dependemos muito desse trabalho dos estudantes, registrando  
32 algo mais adequado ao IF já que somos a Unidade que pode detalhar mais uma vez que  
33 há vinte ou trinta anos usamos essa possibilidade. A Profa. Mazé observou que como  
34 está previsto Professor Assistente de outro jeito não dá para ser programa de bolsas  
35 como Assistente. O texto diz "*Auxiliares de Ensino vinculados à Programa de Pós-*  
36 *Graduação*", não diz que tem que ter Mestrado. Disse que não se pode usar o mesmo  
37 nome que no Estatuto significa um contrato. Sugeriu que se poderia acrescentar que  
38 haja uma diferença dos Auxiliares com Mestrado e sem Mestrado. Não se pode colocar  
39 o mesmo nome para duas funções diferentes. A Profa. Elisabeth Yoshimura disse  
40 entender os passos intermediários como algo para tentar uniformizar critérios pela  
41 Universidade inteira e, por isso, está na CAA. Disse que de imediato não é favorável a  
42 que seja a CAA, mas entende que o espírito é um pouco mais simples do que um grande  
43 concurso. Acrescentou que tenderia mais na direção de desregularizar do que  
44 regulamentar isso, no sentido de que seja iniciativa do docente, a qualquer tempo,  
45 submeter à CAA o seu pedido e não que tenha que ser dito em algum momento que  
46 deverá ser aberto concurso duas vezes por ano. Para que o docente se sinta apto,  
47 independente do tempo em que esteja no cargo de Doutor ou de Associado, é preciso  
48 estar claro quais são os critérios de julgamento. Que seja algo mais fluido. Que baste

1 apenas a iniciativa do docente sem que tenha que ser aberto um edital para isso. O  
2 Prof. Nemitala disse que ficou curioso com a justificativa das divisões da carreira feita  
3 pelo Prof. Vito e perguntou o sentimento dele em relação aos três níveis do Professor  
4 Associado, basicamente. Disse que pela explicação ficou com a sensação que a ideia do  
5 Professor Associado III, embora não se tenha falado ainda em dinheiro, seria ter um  
6 nível salarial compatível com o atual Professor Titular sem o cargo. Disse que entenderia  
7 mais uma divisão em dois níveis e perguntou se o Professor Associado III seria como o  
8 Professor Pleno que ganharia a mesma coisa, sem o cargo. O Prof. Vito respondeu que  
9 o cargo de Professor Pleno não passou na Universidade e disse que a ideia é ir na  
10 mesma direção, deixando um interstício mínimo. Deduziu que essa é a razão de haver  
11 mais dois níveis intermediários de modo que o último esteja a seis por cento do salário  
12 do Professor Titular. O Prof. Nemitala prosseguiu dizendo que quanto ao texto tinha  
13 uma observação a fazer. Disse que lendo-se com cuidado vê-se que diz "*os Auxiliares*  
14 *de Ensino têm que estar vinculados à Programa de Pós-Graduação, mediante programa*  
15 *de bolsas*", mas não diz claramente que essas bolsas sejam do Programa de Pós-  
16 Graduação. Disse que por isso fica preocupado com a questão monetária do orçamento  
17 porque *mediante programa de bolsas* podem ser bolsas de Reitoria. Não  
18 necessariamente é um bolsista de pós-graduação da instituição; podem ser bolsas de  
19 qualquer instituição e essa interpretação é o que o preocupa. O Sr. Vice-Diretor  
20 questiona se isso significa que estará no orçamento da Unidade. O Prof. Oscar Éboli  
21 refere-se de novo à excessiva divisão de Professor Associado dizendo que é  
22 simplesmente uma manobra para se voltar ao Professor Pleno que não foi aprovado.  
23 Mais um motivo, disse, para não se fazer essa divisão excessiva. A Profa. Thereza  
24 Borello disse que no seu entendimento isso tem a ver com a estrutura de poder mais do  
25 que com salário e coisas assim porque o Professor Associado II pode ser Chefe de  
26 Departamento e o Professor Associado III pode se candidatar à Diretoria. Disse que no  
27 seu modo de ver o Professor Associado III é só político. Não há grandes diferenças de  
28 salário, inclusive tendo que se esperar cinco anos, já se recebe um quinquênio que ela  
29 espera não seja eliminado. Disse que ela mesma, como Professora Associada, foi  
30 Chefe de Departamento. O Sr. Vice-Diretor sugeriu que se chegasse a uma síntese  
31 antes do próximo tópico. Referiu-se à questão colocada pela Profa. Mazé que julga  
32 primordial: a progressão horizontal é aceita pela maioria ou não. Disse que teve a  
33 impressão que ninguém se manifestou contra a progressão horizontal; exceto, talvez, o  
34 Prof. Oscar Éboli com alguma nuance. Indagou se a contra-ideia seria deixar como está.  
35 A Profa. Mazé concordou com a ideia de que essa proposta tem a ver com a estrutura  
36 de poder e sugeriu que se discutisse essa parte do vínculo da carreira horizontal e  
37 fizessem uma manifestação geral se vão manter, se vão só colocar um nível nos  
38 Associados II, nenhum nos Professores Doutores I. Disse que quando ficar clara a  
39 relação de poder na discussão ficará também mais claro como se posicionarem. O Sr.  
40 Vice-Diretor concordou com a proposta e leu o artigo quarenta e seis "*o Diretor e o*  
41 *Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor, de lista triplíce, de Professores Titulares ou*  
42 *Professores Associados III ...*" Leu, também, o artigo cinquenta e cinco que diz "*o*  
43 *Conselho do Departamento elegerá entre seus membros o Chefe do Departamento,*  
44 *devendo a escolha obedecer os seguintes critérios: o Chefe deverá ser um Professor*  
45 *Titular, ou Professor Associado III ou II, desde que o número de membros dessas*  
46 *categorias no Conselho do Departamento seja igual ou superior a três ...*" Prosseguiu  
47 dizendo que a composição dos Colegiados não está em discussão aqui. O Prof.  
48 Fernando Brandt disse que a Profa. Thereza mencionou que, em sua opinião, o

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 principal é o aspecto político, com o que ele concorda, mas entende que o aspecto  
2 principal, no seu entendimento, que não está dito em nenhum lugar, é qual é o objetivo  
3 disso. O IF ou a USP se tornarão mais atraentes para as pessoas que querem  
4 desenvolver uma carreira acadêmica de bom nível, questionou. Os que já estão aqui vão  
5 se sentir mais ou menos incentivados, uma vez regulamentadas essas coisas, para  
6 progredir na sua carreira passando de um nível para outro, perguntou. Disse que queria  
7 sair um pouco da discussão política, talvez corporativa, e colocar esse tipo de questão.  
8 Em vista disso, sua posição é de uma grande dúvida, mas acredita que aparentemente  
9 esses diferentes níveis não são um grande incentivo para a melhoria da qualidade  
10 acadêmica da Universidade. O Sr. Vice-Diretor colocou seu ponto de vista em relação  
11 a essa questão dizendo que o problema surgiu inicialmente no nível de Professor  
12 Associado cujo próximo passo na carreira, na situação atual, é o de Professor Titular.  
13 Disse ser inegável que existe um grande número de pessoas que são Professores  
14 Associados, que gostariam de progredir na carreira, que têm condições de ter um nível  
15 mais alto, mas que não gostariam de ser Professor Titular com todas as obrigações que  
16 a categoria tem como ser Chefe de Departamento, por exemplo. Lembrou que nas  
17 Universidades Federais a entrada é como Professor Adjunto I e até chegar a Professor  
18 Titular passa pelos níveis de Professor Adjunto II, III ou IV, também mediante sistema de  
19 avaliações internas. Não existe uma obrigatoriedade de ser Professor Titular ou de ficar  
20 marcando passo na posição de entrada. Isso gera uma tensão que, em sua opinião,  
21 acaba por atrapalhar o desempenho acadêmico. Prosseguiu dizendo que no seu modo  
22 de ver existem pessoas que são Professores Associados atualmente e que se pudessem  
23 ser Professores Associados II ou III ficariam felizes e talvez produzissem mais. A Profa.  
24 Mazé disse que há dois anos apresentou numa reunião da Congregação uma proposta,  
25 apoiada por vários de seus colegas, que abria a possibilidade de Chefia e de Direção  
26 aos Professores Associados. Apesar de a razão política ter vindo no bojo da questão do  
27 Professor Pleno, pela qual afirma não ter nenhuma simpatia, ela não é uma imposição  
28 para que se estenda a possibilidade de chefia e de direção aos Professores Associados.  
29 Disse acreditar que ela abre essa possibilidade porque há uma questão de maturidade e  
30 de produção com maturidade acadêmica que precisa de tempo. Prosseguiu dizendo que  
31 via com bons olhos que se houver ou se não houver um ou dois níveis na carreira do  
32 Professor Associado, que tanto para Diretor quanto para Chefe de Departamento, se  
33 abra essa possibilidade porque de fato a relação do poder político com o acadêmico é  
34 importante. Contudo, nem todo acadêmico tem condições para exercer o poder político  
35 universitário. Considera positivo como está colocado: se forem dois níveis, ótimo; se for  
36 um nível só defendeu que os Professores Associados, mesmo que não tenham nível I e  
37 II, possam postular a candidatura à direção ou à chefia, porque é a comunidade  
38 acadêmica que escolhe. Defendeu essa proposta e disse que gostaria de falar sobre o  
39 que ajuda e o que não ajuda na carreira. Disse que a questão do Professor Pleno mostra  
40 que na Universidade há um sentimento de que há muito poucos cargos de Professor  
41 Titular. Há perfis acadêmicos ótimos que não vão ficar no mesmo nível de um recém  
42 Professor Associado que hoje em dia é cada vez mais Professor Doutor, inexperiente.  
43 Sugeriu que pelo menos um nível na carreira do Professor Associado é bem-vindo para  
44 a Universidade porque ajuda as pessoas a sentirem que seu trabalho, estritamente  
45 acadêmico, é valorizado mesmo se a idealização de carreira aberta não poderia vincular  
46 o poder político a ter Professor Titular. Disse que isto é ótimo porque a pessoa pode  
47 chegar muito perto de ser um Professor Titular, já que se terá certeza que não se abolirá  
48 a necessidade de ser um Professor Titular para exercer alguns cargos, e poder exercer

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 por liderança, por competência parte do poder político universitário: um chefe ou um  
2 diretor. O Prof. Oscar Éboli disse que tem sentido que na Universidade estamos  
3 sempre falando da estrutura de poder. Disse que esta Universidade está se perdendo  
4 ao longo dos últimos anos com brigas por poder e por como chegar lá. Considerou que  
5 isso é apenas uma manifestação de tudo o que tem acontecido por aí. Em princípio,  
6 considera que a Chefia poderia ser exercida por qualquer pessoa, mas mantém a linha  
7 que esta Universidade tem que ser de pesquisa, de ponta, para levar o Brasil para  
8 frente. Considerou que dar-se a um Professor Associado a responsabilidade de uma  
9 chefia ou de uma Diretoria é tolher sua carreira científica. Disse que viu acontecer na  
10 UNICAMP que a carreira de pessoas que prematuramente exerceram uma chefia foi  
11 grandemente prejudicada. Disse ser contra a abertura da carreira porque considera que  
12 a Universidade lucrará muito mais. O Sr. Vice-Diretor observou que no caso do IFUSP  
13 o estoque de titulares é tão grande que não haveria mudança nenhuma. O Prof. Vito  
14 Vanin disse que quando comentou que a subdivisão do Professor Associado vinha do  
15 Professor Pleno disse que este tinha defeitos, mas tinha méritos, havia muita coisa na  
16 argumentação do porque do Professor Pleno que era correta. Disse que seu  
17 entendimento é que o Professor Associado II e III preserva uma parte correta daquilo.  
18 Observou que ninguém comentou sobre a questão da eleição do Diretor ser indireta. O  
19 Reitor escolhe de uma lista tríplice, por isso disse que gostaria de saber se a  
20 Congregação está de acordo com isso porque terá que votar a favor ou contra porque a  
21 proposta será feita, sem dúvida. A Profa. Márcia Fantini insistiu que para o IF essas  
22 mudanças não farão muita diferença. Disse que já temos uma cultura da parte  
23 acadêmica tão sedimentada que será difícil uma mudança estatutária como essa  
24 reverter os nossos valores e nossa escala de ascensão na carreira. Sua visão é de que  
25 isso foi feito mais para as Unidades em que se preserva uma estrutura de cátedra, em  
26 que essa ascensão na carreira é mais dificultada do que aqui no IF. Por outro lado,  
27 considera importante o que foi dito pelo Prof. Oscar Éboli, porém aqui no IF, em relação  
28 à Chefia, vimos Professores Titulares sendo chefes sem que isso prejudicasse suas  
29 carreiras. Voltou a dizer que não vê como essas modificações afetem de maneira tão  
30 drástica nossa cultura atual. Sua posição é de aceitação. O Prof. Roberto Ribas  
31 propôs que se mantivesse o texto original. Com relação ao Professor Doutor I e II  
32 acredita que aqui no IF não faça muita diferença, mas para outras Unidades faça e isso  
33 não nos traz nenhum problema. Disse que a questão do Professor Associado sim será  
34 importante para nós e que temos que nos lembrar que a progressão de Professor  
35 Associado para Professor Titular não depende só da vontade de cada um, mas depende  
36 de cargos. Disse que a possibilidade de ter uma progressão que não dependa de cargo  
37 é razoável e que deveria ser acatada. Propôs que se acate o texto original. A Profa.  
38 Márcia Fantini observou que tem causado bastante desconforto no IF o fato de  
39 professores prestarem concursos em outros Departamentos e depois quererem trocar.  
40 Disse que isso se deve ao fato de haver poucas vagas para Professor Titular e pessoas  
41 que são meritórias de um reconhecimento acadêmico não vêem isso como  
42 reconhecimento e sim como concurso mesmo. Pensa que se houver um nível  
43 intermediário e houver incentivo à carreira, será positivo. O Prof. Nemitala referiu-se à  
44 questão da eleição de Diretor do IF dizendo ser a favor de que a Reitora, basicamente,  
45 indique a pessoa mais votada. O Prof. Celso Lima disse que no seu modo de ver essas  
46 avaliações de I e II ou II e III tem que ser feitas fora dos muros do IF. Numa Unidade  
47 como a Medicina, onde até hoje não acabou a cátedra, nunca ninguém vira Professor  
48 Associado II ou III se a avaliação for feita dentro dos muros da Instituição. Concordou

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 com a Profa. Marcia e disse que se queremos ampliar e diversificar um pouco a estrutura  
2 de poder da Universidade essa avaliação tem que ser feita fora da Instituição.  
3 Comentou, ainda, sobre o artigo 84 e disse que foi observado pelo Prof. Philippe Gouffon  
4 que devem estar previstos explicitamente em algum lugar os casos de pessoas que têm  
5 títulos de outras instituições e que solicitam equivalência. Disse que não sabe como isso  
6 funciona nas regulamentações, mas tem que ser pensado para evitar problemas. O Sr.  
7 Vice-Diretor observou que no atual Estatuto está escrito praticamente a mesma coisa  
8 ou seja, que o Professor Doutor passa a Professor Associado o que não implica que  
9 para ser Professor Associado tenha que ser Professor Doutor. A Profa. Mazé questionou  
10 se haverá manifestação em relação à eleição de Diretor visto que foi colocada a  
11 possibilidade de não haver lista tríplice e a eleição encerrar-se aqui. Disse que é a favor  
12 de que a eleição se encerre na Unidade. O Sr. Vice-Diretor disse haver sugerido ao  
13 Prof. Vito que elaborasse uma lista de itens sobre os quais se deve chegar a uma  
14 conclusão definitiva para que ele possa votar no Conselho Universitário. O Prof. Vito  
15 Vanin disse que na questão da eleição do Diretor e do Vice-Diretor, artigo 46, seria  
16 interessante para ele uma votação para descobrir se a questão da lista tríplice é  
17 importante ou não. Prosseguiu dizendo que pensou no que foi dito pelo Prof. Nemitala se  
18 havia uma situação intermediária entre ter uma eleição direta que se extingue na  
19 Unidade e ter uma lista tríplice. A ideia é que se alguém tem maioria absoluta, é eleito e  
20 acabou; se não se conseguir alguém eleito com maioria absoluta então se terá a lista  
21 tríplice. Isso seria uma situação intermediária na qual talvez valesse a pena pensar.  
22 Voltou a dizer que para ele não está claro o que se quer neste ponto e, por outro lado é  
23 muito claro que aconteça o que acontecer com a carreira docente querem abrir aos  
24 Professores Associados a possibilidade de chegar à Diretoria da Unidade. Isso vale para  
25 o artigo 55 porque não houve questionamento de que se abra para o Professor  
26 Associado a possibilidade de chegar à Chefia do Departamento. Disse ter observado  
27 que a maioria prefere que se faça essa distensão na carreira docente, mas que não é  
28 unânime e sugeriu uma votação para saber quão ampla é essa maioria. A questão de  
29 avaliação de mérito pela Comissão de Atividades Acadêmicas deve sim ser detalhada  
30 no Regimento e ter a característica de ser muito objetiva, que se detalhe que atividades  
31 são necessárias em termos de qualidade e quantidade para haver a promoção. Existindo  
32 o critério, havendo o encaixe, pontua-se e se é aprovado o que evita o constrangimento  
33 de ficar repetidamente solicitando e sendo negado. Sugeriu que fosse esticado o  
34 parágrafo referente aos bolsistas de pós-graduação que trabalham como Auxiliares de  
35 Ensino, mas não sabe o que mais colocar e solicitou propostas de alguém ligado à  
36 Comissão de Graduação que esteja encarregado de programas de Monitores, de  
37 estagiários, para que esse parágrafo seja mais útil para o IF. O Sr. Vice-Diretor  
38 comunicou que recebeu uma informação de que na reunião pública com a Comissão do  
39 Estatuto o representante do IME informou que a Congregação de sua Unidade decidiu  
40 que a eleição do Diretor deve terminar na própria Unidade, sem necessidade de uma  
41 lista tríplice. Disse duvidar que essa proposta seja aceita, mas é uma possibilidade que  
42 existe. Colocou em votação a proposta de continuação do sistema de lista tríplice para a  
43 eleição de Diretor e de Vice-Diretor, tal como praticado atualmente. O Prof. Ribas  
44 sugeriu que se colocasse em votação a proposta do Prof. Vito contra a manutenção da  
45 situação atual. O Sr. Vice-Diretor perguntou qual era a proposta do Prof. Vito que  
46 informou que era de que se houvesse maioria absoluta a eleição se extinguiria na  
47 Unidade, caso contrário sairia a lista tríplice para ser encaminhada à Reitoria. A Profa.  
48 Mazé sugeriu que se encaminhasse a votação para apurar quantos são a favor de

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 manter-se como está. Se perder esta proposta será votada a proposta do Prof. Vito. O  
2 Sr. Vice-Diretor perguntou quem era a favor de que a eleição de Diretor seja feita por  
3 lista tríplice encaminhada ao Reitor e apurou-se que o IF prefere que não se faça uma  
4 lista tríplice. Prosseguiu perguntando quem era favorável a proposta do Prof. Vito de  
5 que a eleição se encerre na Unidade, se houver maioria absoluta. Apurou-se que a  
6 maioria dos presentes, 12 pessoas num total de 20, era favorável. O Prof. Vito colocou  
7 a questão da carreira com a dúvida se existirão níveis intermediários ou não. Disse que  
8 é unânime que deva haver mais um nível entre Professor Associado e Professor Titular.  
9 Sugeriu que se deveria votar entre ter um único nível a mais entre Professor Associado e  
10 Professor Titular ou admitir que haja os três níveis intermediários propostos pela  
11 Comissão. Acatou um proposta de votar-se em separado os níveis de Professor  
12 Associado II e III contra Professor Adjunto e sim ou não para Professor Doutor. O Prof.  
13 Nemitala referiu-se ao Professor Associado II e III dizendo que iriam votar algo sobre o  
14 que não entendiam nem o espírito. O Sr. Vice-Diretor disse que entendiam as  
15 conseqüências porque estão explícitas. O Prof. Nemitala prosseguiu dizendo que não  
16 conseguia entender claramente as justificativas, que conseguia entender a motivação de  
17 haver uma carreira horizontal. O Prof. Vito esclareceu que haverá discussão sobre o  
18 assunto no Conselho Universitário, mas que ele necessita ter o vetor da Congregação  
19 para poder votar. Concorda que há uma grande vantagem porque há um aumento real  
20 de salário, que é a única coisa importante e que é garantida. A Profa. Márcia Fantini  
21 tentou responder ao Prof. Nemitala dizendo que enxergava que em certas Unidades  
22 existe uma barreira hercúlea para se mudar de nível e essa proposta atenderá as  
23 necessidades de Unidades que são muito fechadas, o que já é uma boa justificativa no  
24 sentido de promover as pessoas que têm mérito para uma posição melhor. Considerou  
25 que toda vez que se tem perspectiva de aumento de dinheiro, trabalha-se mais e por  
26 tudo isso, do ponto de vista salarial, é positivo. O Prof. Aldo considerou que temos que  
27 votar os itens levando em consideração o que acontece no IF, o que acontece nas  
28 demais Unidades é de interesse delas. Disse que mal conhecemos a nossa Unidade;  
29 como votar se não sabemos o que é bom ou ruim para as outras Unidades. Se deve ou  
30 não haver um Professor Doutor II. Apenas sabemos que para o nosso IF é ruim. Disse  
31 que devemos votar focando os acontecimentos do IF. O Sr. Vice-Diretor disse que  
32 foram interessantes esses comentários que vão no sentido de que não podemos saber o  
33 que é bom para as outras 39 Unidades; o que nos interessa é se as alterações  
34 propostas prejudicam ou não o IF. Colocou em votação a proposta que está na mesa, a  
35 proposta de apenas um nível, entre o Professor Associado atual e o Professor Titular e  
36 informou que houve maioria na aceitação da proposta da Comissão. Votou a proposta  
37 de haver os níveis de Professor Doutor I e II contra a de deixar como está e apurou-se  
38 que a maioria aceitou a proposta da Comissão. O Prof. Vito disse que entendeu que na  
39 estrutura do poder se abria para os Professores Associados em qualquer hipótese e que  
40 não havia discussão. O Sr. Vice-Diretor colocou então a questão se os Professores  
41 Associados podem ser elegíveis aos cargos de Diretor e Chefe de Departamento.  
42 Prosseguiu dizendo que o próximo item a ser discutido era retirar a palavra  
43 excepcionalmente porque é supérflua de vez que o termo poderá não obrigar. A Profa.  
44 Mazé levantou a questão de que em observações está escrito que será bolsista da  
45 Unidade e isso tem relevância porque se é a Unidade que vai definir poderíamos criar o  
46 Auxiliar de Ensino com ou sem Mestrado. Caso contrário haveria que colocar-se um  
47 adendo. O Sr. Vice-Diretor voltou a dizer que existe algo que não está muito claro, mas  
48 que está nas considerações finais que é que o Auxiliar de Ensino será bolsista da

## A T A S

1 Unidade. Obviamente, disse, isso implica em onerar o orçamento da Unidade, ou não. O  
2 Prof. Vito Vanin disse que as Diretrizes Orçamentárias são votadas no Conselho  
3 Universitário por volta do mês de maio então as Unidades devem fazer pressão para que  
4 o orçamento reflita as suas necessidades. Normalmente isso acontece de forma muito  
5 fechada e é onde a COP tem um enorme poder. A questão das bolsas para nossos  
6 estagiários, bolsistas e Auxiliares de Ensino é uma grande luta nessa história.  
7 Constando do Estatuto que podemos ter servirá de argumento para que aconteça, mas  
8 deverá haver um trabalho para que aconteça de fato. O Prof. Oscar Éboli chamou a  
9 atenção para a redação que diz "*mediante um programa de bolsas*", não está definido  
10 que é um programa de bolsas e o programa de bolsas do IF pode ter duas categorias,  
11 com ou sem Mestrado. Considerou que é uma filigrana da qual não precisamos. Sugeriu  
12 que talvez se pudesse acrescentar "*da Unidade*". O Sr. Vice-Diretor lembrou que o  
13 Diretor do IF criou um programa de bolsas, onde existem 25 bolsas, que cabe à CG  
14 organizar e que já está em vigor. O Prof. Aldo perguntou como ficam os bolsistas  
15 FAPESP e CNPq que ministram aulas como Monitores e que não podem ter acesso a  
16 esse programa. O Prof. Vito resumiu o que o IF pretendia dizendo que a ideia é que se  
17 retire o termo "excepcionalmente", inclua o termo "da Unidade" e com isso o IF poderá  
18 ter um programa de bolsa que distinga quem tem Mestrado e quem não tem, que  
19 distinga quem é bolsista FAPESP que terá um limite de horas de trabalho compatível  
20 com a FAPESP, um limite maior para quem não é bolsista FAPESP. Assim o programa  
21 de bolsas sendo da Unidade pode contemplar todas as nossas especificidades e o ponto  
22 é ter força na COP para que o dinheiro venha no orçamento. Perguntou se era esse o  
23 entendimento. O Prof. Philippe Gouffon colocou a questão dos contratos de dois anos  
24 para Mestre, no parágrafo sete, sobre o que perguntou se não abria uma brecha para a  
25 Universidade contratar um número grande de Doutores que têm o título de Mestre no  
26 lugar de fazer concurso para Professor Doutor. O Sr. Vice-Diretor concordou dizendo  
27 que esse fato poderia novamente desencadear a situação dos precários. O Prof. Vito  
28 Vanin voltou a explicar que com relação aos contratos de dois anos houve queixas  
29 porque não era suficiente, deveriam ser prorrogáveis e ficou claro que não está escrito  
30 prorrogável porque o Ministério Público não permitiria de vez que está muito atento à  
31 USP para que não reedite os precários. Esclareceu que não se pretende usar isso para  
32 contratar Doutores; são dois anos mesmo e fim. Não há intenção de usar isso como  
33 brecha. O Sr. Vice-Diretor informou que a proporção de docentes da USP sem  
34 Doutorado é de quatro por cento, portanto não crê que seja uma discussão com a qual  
35 se deva perder muito tempo. Prosseguiu passando à questão dos servidores técnico  
36 administrativos dizendo que o que está sendo proposto é a inclusão do título oito da  
37 atividade dos servidores técnicos administrativos: "*a atividade dos servidores técnico*  
38 *administrativos será regida por carreira fundamentada em um sistema que considere a*  
39 *competência dos servidores e a complexidade das funções, com critérios claros para o*  
40 *desenvolvimento profissional e que permita a flexibilidade.*" A Sra Edinéa disse ser  
41 bem-vindo o riso esboçado pelos presentes porque para os funcionários é, no mínimo,  
42 um sentimento de grande frustração a proposta da Comissão. Disse entender que a  
43 Universidade é composta por docentes, alunos e funcionários, mas relegar aos  
44 funcionários um parágrafo que não traduz nada causa grande insatisfação pelo  
45 tratamento dado pela Universidade. Não ter no Estatuto uma definição da carreira dos  
46 funcionários é um sentimento que temos e estamos envolvidos para que haja  
47 expressamente definido nele, minimamente, o que viria a ser a carreira dos funcionários  
48 e perder essa oportunidade de propor, de discutir dentro da Universidade o que seria

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 melhor, para nós é extremamente frustrante. Solicitou que o Prof. Vito levasse ao  
2 Conselho Universitário a sugestão trazida por ela, tirada de uma reunião de funcionários,  
3 de que os funcionários gostariam que constasse do Estatuto um capítulo que tratasse da  
4 carreira dos funcionários com diretrizes mínimas. Observou que estavam das nove às  
5 onze horas e vinte minutos tratando da carreira dos docentes, o que considerou  
6 pertinente, mas considerou que tratar da carreira dos funcionários em um único  
7 parágrafo é tratar os funcionários de forma muito desqualificada. Leu as sugestões: "...  
8 *Definição das categorias da carreira; abertura de inscrições para processos anuais de*  
9 *ascensão vertical para servidores técnico-administrativos, em todos os níveis; processos*  
10 *para ascensão vertical realizados independentemente da existência de vagas; as*  
11 *inscrições serão aceitas pelo CTA; condições de acessibilidade serão definidas pelo*  
12 *Plano de Carreira e realização anual de avaliação mediante nota global que deverá*  
13 *refletir os méritos do candidato, como resultado de apreciação do conjunto e*  
14 *regularidade de suas atividades. Essa avaliação não resultará diretamente em promoção*  
15 *na carreira". A Profa. Mazé se manifestou dizendo que apoiava a colocação, mas*  
16 *considera que devia estar previsto um concurso anual para evolução por mérito. Disse*  
17 *que com todas as palavras que estão aqui e que não significam nada, o que tem havido*  
18 *é um concurso que só tem x de orçamento que ela traduziu com crescimento vegetativo,*  
19 *disse que também não sabe qual é a palavra certa. Prosseguiu dizendo que isso tem*  
20 *que estar previsto e que acreditava que seria muito difícil que houvesse dois concursos*  
21 *para evolução por mérito, exatamente por se tratar de funcionários que é sempre um*  
22 *pouco pior que na carreira docente. Disse que tem que haver a possibilidade de pelo*  
23 *menos um concurso para evolução por mérito, que não tem número, quem for aprovado*  
24 *será promovido, como no concurso de Livre Docente, deve estar previsto no orçamento*  
25 *que haverá dinheiro. Isso deve estar no Estatuto. A Sra. Edinéia informou que no ano*  
26 *de 2008 a Reitoria havia apresentado um projeto para mudança da carreira dos*  
27 *funcionários e, ao final do ano, o que foi dito é que esse projeto passaria pela aprovação*  
28 *do Conselho Universitário e constaria do Estatuto. Disse que sua preocupação é que*  
29 *neste ano haverá eleição para novo Reitor que poderá não ter o mesmo interesse da*  
30 *atual em se envolver com a carreira dos funcionários. Por essa razão, considera ser*  
31 *essencial constar do Estatuto para que não se fique a mercê de vontades políticas de*  
32 *envolver-se ou não, de fazer-se ou não avaliações periódicas. As regras devem estar*  
33 *claramente definidas no Estatuto e no Regimento para que sejam evitadas as distorções*  
34 *que sempre ocorrem. O Prof. Roberto Ribas concordou que o título oito é realmente*  
35 *um absurdo. Basicamente significa vamos colocar alguma coisa para não dizer que não*  
36 *falamos dos funcionários. Disse que a única frase que dá algum alento está nas*  
37 *observações, que não tem poder nenhum, que diz que a carreira deve seguir critérios*  
38 *similares aos dos servidores docentes. Apoiou a inclusão de mais detalhes nesse título,*  
39 *mas considera que se deve colocar proposta mais elaborada e, no mínimo, uma frase*  
40 *um pouco mais consistente do que está escrito para que permita uma posterior definição*  
41 *com bases bem argumentadas, por exemplo, em vez de colocar "com critérios para*  
42 *desenvolvimento profissional" colocar a frase "com critérios similares aos dos servidores*  
43 *docentes" ou alguma coisa que defina um princípio básico da evolução da carreira, que*  
44 *no seu entendimento é o ponto crítico na carreira dos funcionários. O Prof. Nemitala*  
45 *concordou que era mesmo um pouco absurdo colocar-se apenas aquele item, fora a*  
46 *questão do orçamento que julga não caber no Estatuto e disse ser a favor de que se*  
47 *coloque um capítulo para tratar da carreira não docente no Estatuto da USP. Considera*  
48 *que se deve dar diretrizes gerais tanto na estrutura quanto na periodicidade e de como*

## A T A S

1 se pode ascender aos cargos. A regulamentação de como será a especificidade de  
2 como são as funções etc., depois vai para o PCF e para outros lugares. Disse que há  
3 que se ter claro que há uma estrutura e esse novo sistema e o novo plano de carreira  
4 que estão complementando tem que se adequar às Diretrizes Gerais, portanto nesse  
5 capítulo elas tem que existir e devem ser incluídas no Estatuto. Os pontos estão  
6 levantados: há que existir uma estrutura mínima na carreira e qual a periodicidade que  
7 se permite que isso seja feito. Com relação à questão do orçamento, o crescimento  
8 vegetativo, só para dizer o que foi dito em reuniões pela pessoa que está liderando o  
9 estudo do novo sistema de carreira, informou que o que aparece na primeira  
10 transparência é que a pessoa vai conseguir galgar se houver disponibilidade  
11 orçamentária. Disse que isso não funciona nunca e o que já ouviu do Diretor da  
12 explicação da COP é que todo ano existe uma previsão de crescimento vegetativo da  
13 folha de pagamento. Uma das atribuições da COP é essa e disse não saber por que  
14 nessa previsão de crescimento vegetativo da folha de pagamento para os docentes não  
15 existe nenhuma restrição para se subir na carreira e para os funcionários tem que ser  
16 uma vaga para cada 20 a cada dois anos. Se há um crescimento vegetativo da folha e  
17 se a COP faz esse estudo tem que levar em conta que, se houver no Estatuto uma  
18 previsão de ascensão apenas por mérito, tem que fazer a previsão também para a folha  
19 de funcionários não docentes. Se funciona para um porque não funciona para o outro se  
20 é a mesma parcela de crescimento vegetativo que atende os dois, só que no caso do  
21 docente não existe restrição. Existe apenas uma folha de pagamento na Universidade e  
22 eles tem que saber lidar com isso, saber fazer a previsão. O Sr. Vice-Diretor disse que  
23 a questão é o que pode ser colocado no Estatuto visto que assuntos de dinheiro são de  
24 outra esfera como COP e outros; contudo disse ter percebido que aqui entre nós não há  
25 nenhuma dúvida de que essa proposta é altamente insatisfatória. O que pode ser  
26 colocada em nível de detalhamento, disse não saber. Considera que poderia ser um  
27 bom ponto de partida o documento proposto pelos funcionários do IF que poderia ser  
28 lido no Conselho Universitário para que se perceba a insatisfação existente e que algo  
29 mais explícito precisa ser feito. A Profa. Mazé defendeu que haja explicitamente a  
30 colocação de concurso anual por mérito. Se é na carreira vertical, horizontal, isso é  
31 mutável porque a carreira não está ainda definida. Isso é o que faz a COP poder prever  
32 o crescimento por mérito dos docentes. O que preocupa é que na nova estrutura estão  
33 presumindo que o crescimento é previsto num certo número então, não funciona. Se não  
34 houver previsão de concursos num período, anual ou bianual diferente da avaliação que  
35 não dá em nada em termos de evolução na carreira, não resolve. Considera que a única  
36 coisa que se pode colocar no Estatuto é a previsão de concursos por mérito. O Prof.  
37 Vito Vanin sugeriu que do documento lido pela Sra. Ednéia deveria ser suprimido o item  
38 referente à previsão dos recursos, porque isso é algo que estará nas Diretrizes  
39 Orçamentárias e não cabe no Estatuto porque nenhum de seus artigos detalha a  
40 questão dos recursos. Externou sua dúvida quanto manter o nome concurso ou  
41 substituí-lo por processo de ascensão e foi informado que poderia ser feito. Sugeriu que  
42 se refizesse o documento com essas alterações e dando destaque à forma como sugeriu  
43 o Prof. Nemitala que é constar a estrutura, constar a periodicidade do processo de  
44 acesso com abertura para todos os níveis de carreira e ter avaliação. Prosseguiu  
45 dizendo que na Universidade a avaliação é um pouco mais complicada que na empresa  
46 privada onde ela é feita por quem é responsável por manter a empresa funcionando,  
47 produzindo e existindo. A negociação é muito simples porque sendo avaliado  
48 positivamente, permanece e negativamente, demite o que não pode ser feito pela

## A T A S

1 Universidade. A avaliação com estabilidade implica que o trabalho do funcionário é  
2 absolutamente voluntário; ele trabalha se motivado, se interessado, se quer. Isso faz  
3 com que a questão da avaliação seja muito complicada porque se precisa da  
4 cumplicidade do funcionário para fazer as tarefas. Disse que se deve encontrar um meio  
5 de avaliar onde a relação chefe e avaliado não seja a atual. Hoje, o chefe não deve  
6 avaliar o seu funcionário que deve ser sempre avaliado externamente. O Prof. Nemitala  
7 disse concordar em parte com o Prof. Vito, mas discorda no que tange à avaliação que  
8 no seu modo de ver deve sim ser feita pelo chefe. O que deve ocorrer é que devemos ter  
9 avaliações sérias porque temos o mau hábito de não fazê-las dentro do IF. Temos  
10 trezentos e poucos funcionários e recebemos vinte referências, fatalmente teremos  
11 duzentos e noventa funcionários insatisfeitos. Disse que se conseguíssemos entrar num  
12 ritmo onde as avaliações realmente mostrassem ao funcionário o ponto que deveria ser  
13 melhorado e, após melhora, recebesse uma referência todos sairiam ganhando. Disse  
14 que no seu modo de ver acaba-se forçando uma avaliação que não é verdadeira para  
15 tentar garantir para seu funcionário uma referência, porque ele merece. O sistema não é  
16 só meritório e se todos que merecem recebessem as avaliações começariam a ser mais  
17 sérias. A Profa. Márcia Fantini sugeriu que, se existe por parte da Reitoria um projeto  
18 para a carreira dos funcionários, se verificasse se é possível dele retirar algumas  
19 diretrizes gerais que pudessem ser implementadas. O Prof. Nemitala comentou que de  
20 todos os planos de carreira que viu na Universidade a única vantagem que vê no  
21 próximo é que ele terá um pouco mais de flexibilização na mudança entre os níveis, será  
22 um pouco mais fácil. Disse que, em princípio, o plano todo é bom porque tem lá todos os  
23 níveis, tem regras de ascensão, tem indicação de como agir para subir. O que ocorre,  
24 no seu entendimento, é que o plano de carreira tem menos funções do que deveria. A  
25 Sra. Ednéia manifestou-se dizendo que o Prof. Nemitala refletiu o sentimento dos  
26 funcionários que vêem o projeto com certo ceticismo porque é um projeto muito voltado  
27 para a iniciativa privada. Disse que gostaria de contar com o apoio da Congregação  
28 para que nesse momento constasse uma proposta de haver um capítulo no Estatuto,  
29 com diretrizes, a respeito da carreira dos funcionários. O Sr. Vice-Diretor considerou  
30 que a Sra. Ednéia resumiu bem a situação e que entrar em detalhes, discutir filosofias  
31 nos levaria longe e o tempo está se esgotando. Concordou que a ênfase colocada pela  
32 Profa. Mazé na necessidade de um processo de evolução com periodicidade definida é  
33 importante, deveria fazer parte desse capítulo. Disse que percebeu uma posição clara  
34 da Congregação de insatisfação com a proposta que existe porque deve haver u  
35 detalhamento um pouco maior, dentro dos limites que cabem num Estatuto, e a questão  
36 da periodicidade da avaliação ou da progressão é uma coisa importante. A Profa. Mazé  
37 disse que a carreira dos funcionários já tem uma grande mobilidade horizontal, que não  
38 é mobilidade propriamente, porque não tem dinheiro. Disse que em relação a essa  
39 evolução por mérito, fica mais evidente a necessidade disso no sistema atual, na carreira  
40 vertical que passou 25 anos sem conseguir mudar. Concorda que deva haver um  
41 capítulo sobre o assunto, com diretrizes, mas sem ilusões. Reiterou que considera  
42 importante a possibilidade de ascensão vertical. O Prof. Vito voltou ao resumo feito  
43 pelo Prof. Nemitala do qual disse ter gostado. Falou da questão que haja uma estrutura  
44 definida nesse capítulo, que seja definida a periodicidade de avaliação para ascensão na  
45 carreira, que seja definida periodicidade de avaliação simplesmente para progressão  
46 horizontal e que seja periódica, é preciso dar critérios de avaliação para ascensão  
47 vertical e algum tipo de critério para a avaliação na ascensão horizontal. De alguma  
48 maneira deve haver uma avaliação anual porque a distorção vem pelo fato dela ser

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1 muito esporádica; ele deve ser mais sistemática. Chamou atenção para a diferença  
2 essencial entre um órgão público e uma empresa privada que é possibilidade de  
3 demissão e a impossibilidade de demissão. Isso estabelece uma relação diferenciada.  
4 O Prof. Nemitala concorda com a importância do que disse o Prof. Vito com relação a  
5 avaliação ser anual; o que considera ruim é a vinculação da avaliação com aumento de  
6 salário. O processo para analisar o mérito da pessoa deveria usar as avaliações do  
7 chefe como base para a ascensão. Não é o chefe que decide, mas é ele que tem que  
8 fazer as avaliações que ficarão desvinculadas do processo de aumento de salário.  
9 Considera que a pessoa mais indicada para fazer as avaliações é realmente o chefe e  
10 que é mesmo responsabilidade dele. Concorda que ela deva ser anual, mas  
11 desvinculada do processo de análise de mérito, ou seja, que seja parte e não o único  
12 ponto da análise de mérito. O Sr. Vice-Diretor disse que haviam chegado a um ponto  
13 em que, para a finalidade desta Congregação, já se podia encerrar. Disse que não  
14 colocaria nada em votação porque não houve propostas contraditórias, que percebeu  
15 que o apoio à manifestação dos funcionários é geral e que cabia agora ao Prof. Vito  
16 resumir tudo o que foi dito aqui para encaminhar até amanhã, por escrito. O Prof. Vito  
17 disse que gostaria de incluir o documento lido pela Sra. Ednéia. Nada mais havendo a  
18 tratar, o Sr. Diretor encerrou a reunião às 12h10min, e eu, Maria Madalena Salgado  
19 Bermudez Zeitum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata por mim assinada e pelo  
20 Sr. Diretor. São Paulo, 29 de janeiro de 2009.